

# Agripina e as outras. Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero

Nuno SIMÕES RODRIGUES

Universidade de Lisboa

## RESUMO

Uma das características da corte imperial romana no século I d.C. parece ter sido o facto de as mulheres terem exercido formas de pressão política, ainda que esse não fosse de todo um dos seus campos de acção. Ou, pelo menos, oficialmente não o seria. Para o Homem clássico, efectivamente, a intervenção feminina no domínio da política era considerada uma atitude contra-natura. Mas o facto é que as fontes antigas nos deixam perceber que houve várias figuras que não se deixaram intimidar pela interdição e assumiram papéis mais ou menos activos, de uma forma mais ou menos evidente. Agripina Menor é um desses casos, senão o mais paradigmático do século I d.C. Mas ao lado dela, ou contra ela, estiveram outras mulheres, como as aristocratas Júlia Drusila, Júlia Livila, Valéria Messalina, Lólia Paulina, Domícia Lépidia, Cláudia Octávia e Popeia Sabina, as cortesãs Calpúrnia e Cleópatra, a liberta Acte ou ainda Locusta. Aparentemente, a História do primeiro século da nossa era também se faz com estes nomes. Este artigo pretende assim apresentar um resumo das conclusões do estudo que temos vindo a desenvolver no âmbito da participação das mulheres no universo político de Roma no século I d.C.

**Palavras-chaves:** História das Mulheres na Antiguidade - Política romana sec. I - Agripina Menor - Júlio-Cláudios.

## Agrippina and the Others. Female networks of power in the courts of Caligula, Claudius and Nero

## ABSTRACT

In First Century Imperial Rome, apparently, women were politically active, although that wasn't an official way to act. To the roman Man, feminine politics was an anti-nature issue. But the fact is that ancient sources show women reacting against that standard way of living, in a more or less evident form. Agrippina the Younger is one of those examples, maybe the best known. But we know of other cases that prove this perception of the reality, such as the aristocratic Julia Drusilla, Julia Livilla, Valeria Messalina, Lollia Paulina, Domitia Lepida, Claudia Octavia, Poppaea Sabina, the courtesans Calpurnia and Cleopatra, the freedwoman Acte or even Locusta. First century History must also to be studied with these women as central characters. Our paper aims to present a resume of the conclusions we have reached within a research on feminine participation in Politics in first century Rome, we have been developing.

**Key words:** Ancient History and Women's History - Roman politics I century - Agrippina the Younger-Julio-Claudios

Num célebre epitáfio romano, datado do século II a.C., lemos as seguintes palavras:

«Transeunte amigo, as minhas palavras são poucas. Pára e lê-as. Esta é a feia sepultura de uma bela mulher. Os pais chamaram-lhe Cláudia. Amou profundamente o marido. Deu à luz dois filhos; um morreu, o outro sobreviveu. Conversava de uma forma agradável e movia-se graciosamente. Cuidava da casa e tecia a lã. Acabei. Prossegue o teu caminho.»<sup>1</sup>

Note-se que, ao interpelar-nos, o epitáfio de Cláudia não afirma que ela lutou pelos interesses do marido, dos filhos e seus ou que interveio em favor de um funcionário da administração estatal ou que fez tudo para afastar os seus inimigos e rivais. Não o faz porque Cláudia é supostamente uma mulher virtuosa e essas não são as virtudes de uma romana, que se orgulha de tal origem.

Ao analisarmos, porém, as fontes de que dispomos para estudar a História do século I d.C., rapidamente verificamos que as mulheres estiveram longe de ser a realidade secundária e tantas vezes anónima, que a historiografia oficial continuamente reclamou para o seu género. Efectivamente, é nessa mesma historiografia que recolhemos a maioria das informações que hoje nos permitem afirmar que a mulher romana nem sempre se limitou a ser uma simples observadora de acontecimentos que lhe passariam à margem. Longe disso, textos como os de Flávio Josefo, Plutarco, Tácito, Suetónio e Díon Cássio contêm vários exemplos, nem sempre elogiados pelos seus autores, de figuras femininas de intervenção na política e sociedade romanas. Talvez se deva mesmo a essa intervenção efectiva o facto de as representações de tais personalidades serem muitas vezes denegridas e pouco elogiadas. Cremos poder afirmar, aliás, que a maioria das personagens historiográficas femininas da Antiguidade Clássica é famosa pelo negativo e não pelo positivo.

No âmbito da sociedade romana, o Principado conheceu, desde o seu início, a actividade política interventora das mulheres que o construíram. A historiografia oficial, que reconhecemos na obra Tito Lívio, não se excusava a salientar personagens femininas que, por bons ou maus motivos, deixaram a sua marca na formação do povo romano. Hersília, Tanaquil, as duas Túlias, Clélia, Valéria, Tarpeia, Virgínia, Lucrecia, Volúmnia são apenas alguns exemplos dessa presença<sup>2</sup>. Essas mulheres emergiam, porém, de uma amálgama narrativa que se confundia entre a lenda e a realidade histórica. Terão Tanaquil ou Lucrecia, a título de exemplo, efectivamente agido e estado envolvidas nos episódios que Lívio e os outros historiadores do seu tempo para elas reclamam? E o que dizer de Clélia e de Virgínia? Muitas são as dúvidas legítimas que colocamos hoje acerca dessa problemática, mas muito menos são as respostas plenamente satisfatórias que lhes podemos dar. Já relativamente a outras personalidades, como a Semprónia que se

<sup>1</sup> ILS 8043.

<sup>2</sup> Liv. 1, 8-9; 11; 34-60; 2, 13, 33-40; 3, 44-49. Sobre estas mulheres, ver K. MUSTAKALLIO, «Legendary Women and Female Groups in Livy» in P. Setälä and L. Savunen, eds., *Female Networks and the Public Sphere in Roman Society*, Rome, 1999, 53-64.

envolveu na conspiração de Catilina, parece haver mais certezas, apenas suscitadas pela verosimilhança das narrativas atribuídas a Salústio<sup>3</sup>. Mas, como outras, também essa mulher politicamente activa não mereceu grande respeito pelos que a ela se referiram.

Por outro lado, mais provável em alguns aspectos, apesar de não menos duvidável, é a actuação das mulheres romanas do Principado. Júlia Lívia é sem dúvida a primeira grande figura feminina de destaque nessa galeria. O facto de a segunda mulher de Augusto sobressair de entre tantas outras dever-se-á a três razões: pela forma como os historiadores antigos a tratam nos textos que dão conta dos eventos que levaram à constituição do Principado e que nem sempre a têm como uma figura positiva; pelo facto de ela ter sido a mulher que mais tempo esteve ao lado de Augusto e este ter sido o grande fundador do Principado; pelo carácter verdadeiramente interventor desta mulher, que terá originado o seu retrato negativo na historiografia antiga e que foi favorecido pelo facto de ser a esposa do *princeps*<sup>4</sup>. De algum modo, estas mesmas razões são as que justificam o protagonismo de outras mulheres romanas da época, como Agripina Maior, Agripina Menor, Valéria Messalina e Popeia Sabina, por exemplo.

Que tais personalidades desempenharam papéis relevantes no processo histórico romano é reconhecido desde, pelo menos, a própria Antiguidade. Na Idade Média, uma iluminara mostrava já Nero assistindo à dissecação do corpo de Agripina, evocando assim a tradição que afirmava a crueldade do imperador perante o corpo de uma mãe demasiado presente. Mas cremos poder afirmar que estas mulheres não estiveram sós e quando não foram coadjuvadas por outras mulheres tiveram amiúde de defrontar outras. Uma análise dos principados de Gaio, Cláudio e Nero permite concluir que existiam redes de poder e de intervenção política, nas quais as mulheres se destacaram como peças fundamentais e determinantes nos destinos do Império.

O que encontramos no período dominado por aqueles três imperadores apenas confirma uma tendência que se verificava desde, pelo menos, o tempo de Augusto<sup>5</sup>. Já mencionámos a intervenção de Lívia e nela podemos detectar ainda esboços de um poder feminino de bastidores que, a acreditar nos historiadores antigos, teve os seus êxitos. A proximidade a Urgulânia, por exemplo, terá motivado o casamento da neta desta, Pláucia Urgulanila, com o futuro imperador Cláudio, que era neto da então imperatriz Lívia<sup>6</sup>. Como é evidente, o planeamento de um casamento de um príncipe da casa imperial não era um assunto desprovido de importância política. Outra amizade feminina fundamental de Lívia parece ter sido a que manteve com

<sup>3</sup> SAL., *Cat.* 25.

<sup>4</sup> Sobre a construção da imagem de Lívia, ver C.G. CALHOON, *Livia the Poisoner: Genesis of an Historical Myth*, Los Angeles, 1994.

<sup>5</sup> O que não exclui protagonismos anteriores. Como exemplos, recordamos Cornélia, Servília e Pórcia. Note-se que, por vezes, a imagem positiva de uma mulher na historiografia ou literatura em geral romana, como Cornélia, é já desde logo uma construção política. Muitas dessas mulheres tidas como «matronas ideais» não deixaram de ser politicamente interventoras. A imagem depende, porém, da posição política e dos objectivos do autor que a descreve e constrói. O contrário é igualmente válido.

<sup>6</sup> TAC., *Ann.* 4, 22.

Munácia Plancina, a mulher de Pisão, suposta autora de um ataque contra Germânico, que o teria levado à morte em 19 d.C.<sup>7</sup> A prova de que existia uma rede clientelar de interesses instalada entre estas mulheres está no facto de Lúvia ter intervindo favoravelmente no julgamento de Plancina, que se seguiu à morte de Germânico, e de esta ter sido alvo de várias acusações a seguir à morte da imperatriz, em 33 d.C., acabando por se suicidar na sequência das mesmas<sup>8</sup>. O envolvimento de Lúvia com mulheres mais ou menos bem posicionadas em assuntos políticos da corte espelha-se na frase proferida por Tibério, na sequência do caso que envolveu Mutília Prisca e Gaio Fúfio, cujo filho ascendera politicamente graças às intervenções da mulher de Augusto. Tibério teria criticado Fúfio, referindo-se às suas *amicitiae muliebres*<sup>9</sup>. De igual modo, o conhecido epíteto que Gaio Calígula atribuía a avó, *Vlixes stolatus*, denuncia esse carácter interventor, neste passo consciente e explicitamente associado à masculinidade<sup>10</sup>. Também as relações da imperatriz com as Vestais, mulheres de particular poder em Roma, são significativas neste contexto<sup>11</sup>.

Também Antónia Menor e Júlia Maior terão mantido redes de solidariedade política na corte, como indica a importância política destas duas mulheres. Entre os membros dessa rede estariam decerto mulheres. Antónia, por exemplo, foi senhora de uma escrava de nome Cénis, que era secretária da filha de Marco António e que mais tarde veio a ser emancipada e a envolver-se amorosamente com o futuro imperador Vespasiano. Este, pelo seu lado, sempre a tratou como se fosse sua esposa legítima<sup>12</sup>. Parece-nos evidente que uma mulher que atingiu o estatuto de Cénis teve necessariamente de estar envolvida nas redes políticas do seu tempo<sup>13</sup>. Também a filha de Antónia Menor, Cláudia Livila, se terá envolvido em movimentações políticas, como indica a sua relação com a conspiração de Sejano, em 31 d.C., que a levou à execução<sup>14</sup>. Mas talvez tenha sido com Agripina Maior, uma das filhas de Júlia, que as redes de solidariedade política feminina melhor se terão definido na corte imperial. Ao contrário de outras mulheres, porém, Agripina Maior parece ter

<sup>7</sup> TAC., *Ann.* 2, 43.

<sup>8</sup> TAC., *Ann.* 6, 26. Note-se que Plancina já tinha sido salva por Lúvia. Sobre esta questão, ver o nosso estudo *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, 2007, 421-422.

<sup>9</sup> TAC., *Ann.* 5, 2, 2. Outros casos de amizades femininas de Lúvia, como as que cultivou com Salomé da Judeia, Dúnamis dos Cimérios, Pitódoris do Ponto e Múcia, podem ser lidos em A.A. BARRETT, *Livia. First Lady of Imperial Rome*, London, 2002, 191-193, e em M. MUDD, *I, Livia. The Counterfeit Criminal*, Victoria, 2005, 262-273. De igual modo, Tibério criticava a mãe pela sua demasiada intervenção política.

<sup>10</sup> SUET., *Cal.* 23, 2.

<sup>11</sup> Sobre as Vestais, ver R.L. WILDFANG, *Rome's Vestal Virgins. A Study of Rome's Vestal Priestesses in the Late Republic and Early Empire*, London, 2006; M. LINDNER, *The Vestal Virgins and their Imperial Patrons: Sculptures and Inscriptions from the Atrium Vestae in the Roman Forum*, Ann Arbor, 1995, 32.

<sup>12</sup> SUET., *Ves.* 3.

<sup>13</sup> Sobre Antónia e Júlia, ver N. KOKKINOS, N., *Antonia Augusta. Portrait of a Great Roman Lady*, London/New York, 1992; C. SALLES, *L'Art de vivre au temps de Julie, fille d'Auguste*, Paris, 2000; E. FANTHAM, *Julia Augusta: the Emperor's Daughter*, London, 2006; E. MEISE, *Untersuchungen zur Geschichte der Julisch-Claudischen Dynastie*, München, 1969.

<sup>14</sup> TAC., *Ann.* 4, 39-40, 60.

encontrado apoiantes importantes entre alguns dos homens mais poderosos do seu tempo<sup>15</sup>. É inesquecível o retrato que Tácito nos dá dessa mulher, grávida, num acampamento militar ao lado do marido, e intervindo na refrega como qualquer soldado, auxiliando os feridos e todos os que caíam em combate por Roma<sup>16</sup>. A mulher no auge da sua feminilidade, como sugere o estado de gravidez, reveste-se com uma máscara viril. O paradoxo tem um objectivo retórico. No caso de Agripina Maior, em que a imagem se pretende claramente positiva, a intervenção pública e política, que vai muito além das conspirações de alcova, resvala mesmo a ideia de uma nova Clélia ou senão mesmo a de uma Joana d'Arc *avant la lettre*. E o mais curioso é que o historiador parece não a culpabilizar por isso. Porque Agripina Maior está, para Tácito, do lado certo...

A cerviz política das Júlias parece ter passado pelo crisol da hereditariedade. Efectivamente, se Agripina Maior se revelou uma personagem de intervenção política significativa, a sua filha Agripina Menor não o foi menos. Depois de assumido o Principado como uma inevitabilidade política, as descendentes de Agripina e Germânico parecem ter adoptado uma postura de aliança com o *princeps*, em vez de combatê-lo. Há que dizer, porém, que o Príncipe em causa era o seu próprio irmão Gaio. Não deixa ainda de ser pertinente que se, no lado oposto desta filosofia, Germânico se bateu contra o absolutismo político centrado na figura de um *princeps imperator*, ainda que pretensamente coadjuvado pelo colégio senatorial, o seu filho Gaio não poderia ter adoptado posturas políticas mais diferentes das do seu pai, ao se comportar como um verdadeiro soberano oriental. Assim o sugere a prepotência que as fontes acerca dele testemunham e que se espelha em rumores como os do incesto cometido com as irmãs, em particular com Júlia Drusila<sup>17</sup>. As posições pró-senatoriais de alguns dos historiadores antigos, que acerca de Gaio Calígula escreveram, poderão ter acentuado o retrato negativo do Príncipe. Mas os principais indicadores estão lá: a prática do culto do imperador e da família imperial de forma acentuada, a acção sobre as famílias senatoriais, o poder centralizado na figura do Príncipe.

Neste quadro, as filhas de Agripina Maior e irmãs de Calígula parecem ter desempenhado um papel central<sup>18</sup>. As três estiveram sujeitas às vicissitudes associadas ao percurso político dos pais, que culminou na morte mal explicada do pai e no exílio e conseqüente suicídio/homicídio da mãe e dos dois irmãos mais

---

<sup>15</sup> M. KAPLAN, «*Agrippina semper atrox*: a study in Tacitus' characterization of women» in C. Deroux, *Studies in Latin Literature and Roman History I*, Bruxelles, Latomus, 1979, 410-417; J. BURNS, *Great Women of Imperial Rome. Mothers and Wives of the Caesars*, London, 2006. Sobre esta caracterização de Agripina Maior, notamos ainda que há algo de semelhante com a construção mítica da figura de Horácio Cocles, o que parece ser sintomático, neste contexto.

<sup>16</sup> TAC., *Ann.* 1, 44, 69.

<sup>17</sup> SUET., *Cal.* 24.

<sup>18</sup> O que também sugere a adopção de um espírito orientalizante, em que o papel político da mulher tendia a ser mais reconhecido e, por isso mesmo, comum do que no universo greco-romano. Ver, por exemplo, T. BEDMAN, *Reinas de Egipto. El secreto del poder*, Madrid, 2003, e Z. BAHRANI, *Women of Babylon: Gender and Representation in Mesopotamia*, London, 2001.

velhos. Após a morte de Tibério, com a acessão de Gaio ao poder, Júlia Agripina, igualmente conhecida como Agripina Menor, Júlia Livila e Júlia Drusila atingiram um estatuto até então delas desconhecido, apesar da sua origem aristocrática. As três casaram-se com homens de posição sócio-política elevada e com funções públicas de destaque, e todas vieram a desempenhar papéis relevantes na vida pública do seu tempo<sup>19</sup>.

Depois de se ter casado com Lúcio Cássio Longino, que fora cônsul sufecto em 30 d.C., Júlia Drusila separou-se, por intervenção do irmão, para se voltar a casar, dessa vez com Marco Emílio Lépidio, o filho de um cônsul com o mesmo nome. A união de Drusila a Emílio Lépidio poderá ter tido diversas motivações, das quais não podemos excluir a política. Mas a tradição historiográfica, decerto eco do que então se comentou em Roma, salientava uma relação de natureza homossexual entre Calígula e o novo cunhado. Tal relação teria assim motivado o casamento do filho do cônsul com a irmã do príncipe. Não esqueçamos, porém, que a esta acusação se juntava a de incesto, entre o imperador e a irmã, pelo que não podemos deixar de levantar várias hipóteses interpretativas relativamente a tais rumores, que vão da leitura literal do que se afirma, à possibilidade de se tratar de uma percepção popular e distante de um comportamento com implicações político-filosóficas, designadamente de raiz oriental, bem mais complexas do que a mera carnalidade. Seja como for, Drusila aparece neste contexto com um papel de destaque na formulação e afirmação da imagem política do irmão.

Tal como a irmã, Júlia Livila teve uma vivência política acentuada, desde a mais tenra infância. Casou-se com Marco Vinício, um homem de origem equestre, que veio a ser cônsul em 30 e em 45 d.C. Como Drusila, porém, foi implicada numa acusação de incesto com Calígula, o que confirma as hipóteses formuladas para o caso anterior. Mas, em 39 d.C., acabou por ser envolvida na acusação de conspiração contra o imperador, formulada quando o núcleo da família se encontrava na Germânia. Com ela, foram implicados a sua irmã Agripina e também o cunhado Marco Emílio Lépidio e Gneu Cornélio Léntulo Getúlico. Enquanto os homens acabaram por ser executados, as duas irmãs foram exiladas em Pôncia<sup>20</sup>. Não é de todo inverosímil que a acusação que caiu sobre o grupo não fosse desprovida de facticidade. A prepotência orientalizante de Calígula e as afinidades de parentesco dos envolvidos com as figuras imperiais confere-lhe todo o sentido, pelo que talvez não devamos entender o episódio como apenas mais um na lista de crueldades arbitrarias do filho de Germânico, como, aliás, Tácito tantas vezes faz crer. Júlia Livila regressou do exílio em 41 d.C., já depois da morte do irmão e por apelo do seu tio Cláudio, o novo imperador. Mas acabou por se transformar numa vítima da nova imperatriz, Valéria Messalina, uma bisneta de Marco António e Octávia. As fontes deixam-nos acreditar que Messalina teria temido a influência de Júlia Livila sobre o tio. Influência essa que poderia ter chegado ao repúdio da consorte imperial

---

<sup>19</sup> TAC., *Ann.* 6, 15; 14, 63.

<sup>20</sup> D.C. 60, 69, 4.

por uma nova aliança matrimonial, dessa vez com a sobrinha. As fontes mostram que, após a morte de Messalina, Cláudio foi literalmente rodeado por três dos seus libertos, cada qual defendendo uma dama da aristocracia romana como possibilidade de novo contrato nupcial. A imagem dos três libertos, que eram homens de poder na corte claudiana, há que dizê-lo, defendendo os interesses de três mulheres, e seus, ganha um maior sentido se tivermos em conta que se trataria de redes de interesse político que estavam em causa. A que vencesse e conseguisse o apoio do *princeps* seria a rede dominante, como é evidente. Do mesmo modo, talvez tenha sido o mesmo tipo de proximidade política e pessoal desse tipo de solidariedades, a conseguir o regresso de Júlia Livila e de Agripina Menor à corte, em 41 d.C. A figura de Palas, o liberto *a rationibus* do imperador, espécie de secretário das finanças do Estado, que defendeu Agripina na disputa de 48 d.C., parece ser a que melhor se adequa a esse perfil<sup>21</sup>. O mesmo que, aliás, veio depois a defender a futura imperatriz Agripina, na disputa pelo casamento com Cláudio.

Na sequência destas movimentações políticas, Júlia Livila acabou por ser acusada de adultério com Séneca e de novo exilada, desta vez em Pandatária, onde acabou por ser executada<sup>22</sup>. A acção da princesa parece traduzir um conflito mais ou menos latente entre os vários ramos gentílicos dos descendentes de Augusto. A filha de Agripina Maior representa a casa dos Júlios, tentando aproximar-se do poder, então nas mãos dos Cláudios, mas em confronto directo com os Domícios, a quem também pertencia Messalina. Júlia Livila, porém, parece não ter estado só nesta defesa de interesses próprios e familiares. Também a sua irmã Júlia Agripina terá participado activamente neste tipo de movimentação política. A prova desta suspeita reside no facto de esta irmã de Calígula ter acabado por ascender ao trono imperial, casando-se com o tio, o imperador Cláudio. Além disso, a aliança matrimonial entre tio e sobrinha confirma também que as suspeitas de Valéria Messalina não eram fúteis, tendo a ameaça que a imperatriz temia acabado por concretizar-se, ainda que na pessoa errada. Apesar de ter falhado o programa político que cogitara, Valéria Messalina protagonizou igualmente momentos de agitação política na corte de Cláudio, que, na óptica de alguns autores, pretenderam assegurar o seu lugar bem como a sucessão do filho, Britânico. Messalina teria assim reagido contra as duas sobrinhas ainda vivas do marido, como também contra Marco Vinício, Júlia, Rubélio Plauto e os Silanos<sup>23</sup>.

Como notámos, Agripina Maior beneficiou de uma rede institucional que girava em torno do imperador e que assentava nas figuras dos libertos que ele próprio colocara em lugares estrategicamente definidos. Narciso, Palas e Calisto perfaziam uma tríade de ex-escravos, que angariara a confiança do imperador, por oposição aos

<sup>21</sup> TAC., *Ann.* 13, 2.

<sup>22</sup> TAC., *Ann.* 14, 63.

<sup>23</sup> Sobre a acção política de Messalina, ver o nosso estudo «Messalina ou *Aphrodita tragica in Vrbe*» in A. Ventura, org., *Presença de Victor Jabouille*, Lisboa, 2003, 519-520; e também C. EHRHARDT, «Messalina and the succession to Claudius», *Antichthon* 12, 1978, 51-77.

flancos da aristocracia senatorial e da classe equestre que, em parte, haviam dominado os altos círculos do poder desde os tempos finais da República.

O episódio da escolha da sucessora de Valéria Messalina, tal como Tácito o apresenta, é sobejamente conhecido. A política da corte dificilmente permitiria que a decisão por uma nova consorte fosse entregue a critérios aleatórios. Conta Tácito que emergiram três candidatas, apoiadas por cada um dos três libertos com influência junto do poder imperial. Essas mulheres eram Élia Petina, apoiada por Calisto; Lólia Paulina, apresentada por Narciso; e Júlia Agripina, a Menor, sugerida por Palas. Esta sobrinha do imperador acabará por ser escolhida, muito provavelmente porque o homem que a apoiava era quem no momento tinha maior capacidade de influência na corte<sup>24</sup>. A cena da escolha tem reminiscências no episódio literário do júízo de Páris, em que o príncipe de Tróia decide por uma de entre três deusas. Mas, apesar do seu carácter ficcional, é sintomático das redes de poder que existiam na corte dos césares no século I d.C.<sup>25</sup> A vitória de Agripina Menor confirma o poder de Palas no círculo dos libertos, mas é igualmente relevante das mutualidades que funcionariam em regime de compensação, na defesa dos interesses de cada um. O exercício dos direitos granjeados pela posição privilegiada que a imperatriz de Roma tinha, levou a que Agripina se dedicasse à prática política efectiva assim que assumiu o cargo. Uma prática aberta e não de bastidores, entenda-se, porque as actividades encriptadas nunca deixaram a casa das Júlias.

Durante o principado de Cláudio, Agripina lutou para manter o seu domínio na casa imperial<sup>26</sup>. A ambição pouco feminina da que viria a ser imperatriz é mesmo classificada por alguns autores como *hybris*<sup>27</sup>. Esse é mesmo um dos elementos centrais na construção da personagem histórica Agripina Menor, por parte de Tácito. E. Paratore escreveu que a principal característica da mãe de Nero é a ambiguidade: romaníssima nos seus ideais, mas totalmente anti-romana na sua violência e meios de acção, também pelo facto de ser uma mulher a exercê-los<sup>28</sup>. Em Tácito, este é um dilema historiográfico, na medida em que coloca o historiador numa posição dividida entre a crítica negativa e a positiva.

<sup>24</sup> TAC., *Ann.* 12, 1-2; B. LEVICK, *Claudius*, London, 1990, 69-70.

<sup>25</sup> Sobre a validade do episódio, ver nosso o texto «História, Filologia e Problemáticas da Antiguidade Clássica» in M.F. Reis, coord., *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A.A. Marques de Almeida*, Lisboa, 2007, 643-659; ver ainda E. PARATORE, «La figura de Agrippina minore in Tácito», *Maia* 5, 1952, 45.

<sup>26</sup> Apesar de Tácito retratar Agripina Menor com o «amor de um artista», como nota E. PARATORE, «La figura de Agrippina minore in Tácito», *Maia* 5, 1952, 32, ela assume-se como uma figura negativa, pela sua intervenção política. Uma das evidências do poder de Agripina Menor na corte reflecte-se no afastamento de Vespasiano, antes da sua acção imperial, por exemplo. Sobre esta questão, ver B. JONES, «Agrippina and Vespasian», *Latomus* 43/3, 1984, 581-583.

<sup>27</sup> E. PARATORE, «La figura de Agrippina minore in Tácito», *Maia* 5, 1952, 77-80. Esta classificação deriva da ideia segundo a qual a política não era assunto feminino. Intervenções femininas no universo político são tidas como originárias em mentes viris e portanto pouco adequadas a uma definição modelar de mulher. É nesse sentido que, segundo Paratore, Tácito aborda a psicologia feminina de figuras como Agripina Menor.

<sup>28</sup> E. PARATORE, «La figura de Agrippina minore in Tácito», *Maia* 5, 1952, 81.

Vários são os episódios que testemunham a luta desta princesa, como assinala o esforço desenvolvido para concretizar o casamento do seu filho com Octávia, filha de Cláudio e Messalina. Nenhum será tão elucidativo, contudo, como o que aponta para a imperatriz como a causa da morte do próprio marido e a consequente acessão de Nero ao poder, em detrimento de Britânico. É já sob o principado do próprio filho que Agripina deixa revelar com maior precisão a existência de interesses políticos manobrados e controlados por mulheres na corte imperial. Uma das suas intervenções políticas mais incisivas revelou-se contra a pessoa de Lólia Paulina, a filha de um antigo cônsul, que fora casada com Gaio Calígula e, portanto, sua cunhada. Lólia Paulina era efectivamente uma mulher de alta estirpe aristocrática. Havia herdado a fortuna do avô, Marco Lólio, também ele cônsul em 21 a.C. Dois anos depois, Lólia Paulina desposou Mémio Régulo, que veio a ser governador da Mésia. Mas em 38 divorciou-se dele para contrair matrimónio com Calígula. As razões para este enlace poderão ter estado na imensa fortuna de que Lólia dispunha. Mas o divórcio que se seguiu leva-nos a desvalorizar essa hipótese, visto que a esvazia de sentido. Talvez Lólia tivesse sido apenas uma dama da aristocracia a quem Calígula se uniu, por razões de carisma social ou simplesmente por causas emotivas. Por outro lado, o facto de Gaio ter proibido Lólia Paulina de voltar a casar-se depois do divórcio de ambos, aponta para a tentativa de evitar uma aliança com algum homem que viesse a encontrar na fortuna da dama uma fonte de rendimento para constituir oposição ao *princeps*.

Em 48 d.C., já depois da morte de Calígula, Lólia Paulina voltou a aparecer na cena política, desta vez como pretendente ao casamento com o então imperador, Cláudio. O reaparecimento de Lólia Paulina, que surgia como a escolha defendida por Calisto, um dos libertos do imperador, confirma a importância que a sua fortuna continuava a ter. O liberto argumentava que a dama seria uma excelente madrastra para os filhos de Cláudio, dado que ela própria não tinha filhos de quem cuidar, pelo que se dedicaria inteiramente aos da desaparecida Messalina. Foi Agripina, porém, como vimos, quem acabou por vencer a disputa e o destino de Lólia Paulina ficou então definitivamente traçado. Vendo nela uma ameaça que poderia ressuscitar a qualquer momento, a filha de Germânico não desistiu enquanto não afastou Lólia Paulina da sua ambição/preensão imperial. A filha de Germânico conseguiu que a cunhada fosse acusada de recurso a astrólogos e Lólia foi exilada, em 49 d.C. Não satisfeita com esse desfecho, Agripina forçou Lólia Paulina ao suicídio<sup>29</sup>.

A fortuna de Lólia Paulina terá constituído de novo um móbil para a instauração do processo contra a aristocrata. Fora esse mesmo dinheiro que sustentara a «candidatura» dela a consorte imperial, por duas vezes seguidas. O provável é que a iniciativa partisse não apenas de Calisto, mas também de Lólia e de alguma «corte» formada à sua volta, constituída por interessados no eventual poder que com ela poderiam granjear. O interesse no poder, todavia, seria, em primeiro lugar, seu. Muito possivelmente, Lólia alimentaria uma rede de solidariedades políticas que a

---

<sup>29</sup> Tac., *Ann.* 14, 12. Neste parágrafo referem-se igualmente Júnica e Calpúrnica, regressadas do exílio e, portanto, envolvidas em questões políticas.

mantinha na primeira linha das relações com o poder. A mesma rede que teria assustado Agripina e feito com que agisse no sentido em que agiu.

Mas as redes femininas de poder e de intervenção política no tempo de Agripina não se restringiam à própria imperatriz e à sua rival Lólia Paulina. Pela actuação das duas cunhadas de Agripina podemos concluir que também as Domícias intervieram de forma concertada, com um objectivo político definido. Depois da morte de Cláudio, a acessão de Nero ao poder não pode ser dissociada da actuação da sua mãe. Agripina conseguira reforçar a posição do filho perante o marido-tio, ao casar o jovem Nero com Octávia. Mas a proximidade tornara-se ainda mais efectiva ao conseguir a *adoptio* de Nero por parte de Cláudio. Este conjunto de circunstâncias, associado à aliança estratégica com elementos da guarda pretoriana, levou a que Nero ocupasse o trono, em vez de Britânico. Mas Nero desenvolvera uma relação forte com as tias paternas. Efectivamente, quando Agripina foi exilada por ordem do irmão, foi Domícia Lépidia, uma das irmãs de Gneu Domício Aenobarbo e cunhada de Agripina Menor, quem cuidou do jovem filho do casal. Além de tia de Nero e descendente indirecta de Augusto (era sua sobrinha-neta), Domícia Lépidia era filha de Antónia Maior e portanto neta de Octávia e de Marco António, e também mãe de Valéria Messalina e, por consequência, sogra de Cláudio e avó de Britânico e de Octávia Menor. Isto é, Domícia Lépidia reunia todas as condições para se tornar uma importante adversária, senão mesmo inimiga, de Agripina Menor. Esta era sem dúvida uma rede familiar e gentílica que motivava e facilitava a intervenção da interessada. Terá sido essa condição a principal causa da sua acusação de envolvimento em actos mágicos, associada a uma suposta incapacidade para controlar os servos que mantinha nas suas propriedades da Calábria. Apesar de se ter mantido durante algum tempo numa posição politicamente privilegiada, como aliás também denunciavam os seus três casamentos<sup>30</sup>, Domícia Lépidia acabou por ser eliminada em 54 d.C.

A origem e condição sócio-política desta tia de Nero terão sido as mesmas da sua irmã, conhecida apenas por Domícia. Também esta se viu envolvida na política e nos acontecimentos que marcaram o seu tempo. Também Domícia se casou por três vezes, tendo todos os seus maridos exercido o cargo de cônsul<sup>31</sup>. O último deles, Passieno Crispo, veio depois a ser também marido de Agripina, da própria cunhada, portanto, o que terá motivado uma particular rivalidade entre as duas mulheres. Após a morte da irmã, Domícia ter-se-á unido a uma outra dama de origem aristocrática, Júnia Silana, com o objectivo de eliminar Agripina Menor. Júnia Silana não era uma escolha aleatória. Era filha de um ex-cônsul sufecto, mulher de Gaio Sílio e era irmã de uma das mulheres de Calígula, Júnia Claudila<sup>32</sup>. Além disso, mantivera relações próximas com a própria Agripina, até eclodir uma altercação entre ambas as

---

<sup>30</sup> Domícia Lépidia foi sucessivamente casada com Marco Valério Messala Barbato, Fausto Cornélio Sula e Gaio Ápio Júnio Silano, o qual acabou por ser envolvido na conspiração com Messalina e por isso acusado, condenado e executado.

<sup>31</sup> Domícia casou-se com Décimo Hatério Agripa, cônsul em 22 d.C.; com Quinto Júnio Bleso, cônsul sufecto em 26 d.C.; e com Gneu Passieno Crispo, cônsul em 44 d.C.

<sup>32</sup> Suet., *Cal.* 12. Júnia Claudila morreu de parto em 31 d.C.

mulheres. Tratava-se, portanto, de uma personalidade estrategicamente colocada na corte. O caso de Domícia e Júnia Silana é, quanto a nós, um dos melhores exemplos da existência de redes de solidariedade feminina a intervir politicamente em Roma, no século I d.C. Em 55 d.C., as duas mulheres acusaram Agripina de estar envolvida numa conspiração com Rubélio Plauto, com a intenção de derrubar Nero. Para tal, urdiram uma intriga em que contaram com a colaboração de libertos e servos das respectivas casas. Mas Agripina conseguiu ilibar-se da acusação. Júnia Silana foi exilada e acabou por ser perdoada, depois da morte de Agripina, apesar de não ter voltado mais a Roma. Quanto a Domícia, saiu com vida do processo, mas não chegou ao fim do principado do sobrinho, acabando por ser envenenada, muito provavelmente, a mando dele. Os abundantes bens das duas mulheres, cobiçados por muitos, não terão sido estranhos às respectivas condenações.

Em 59 d.C., também Agripina Menor acabou por se tornar vítima dos interesses políticos da corte. Apesar de ter conseguido a aliança matrimonial do filho com Octávia, a descendente directa de Cláudio, Agripina não pôde evitar que emergissem interesses paralelos, protagonizados por outras figuras na corte. Essa outra facção, representada por Tigelino, que veio a ser prefeito do pretório de Nero, não tardou em manobrar de modo a afastar os primeiros conselheiros do *princeps*, entre os quais se encontravam Séneca e a própria Agripina. Um dos primeiros movimentos estratégicos foi o afastamento de Britânico e Octávia. A partir desse momento, Agripina soube que, mais cedo ou mais tarde, chegaria a sua vez. Por outro lado, derrubada a imperatriz, nada poderia consolidar melhor a nova facção junto do centro do poder do que a angariação de uma nova consorte imperial. Coube a Popeia Sabina, uma dama de origem aristocrata, desempenhar esse papel<sup>33</sup>.

A forma como Popeia Sabina se move no tabuleiro do xadrez imperial é sintomática de que não estava só no exercício das suas funções. Aliás, dever-se-ão a ela algumas medidas particularmente importantes, atestando a existência de uma rede clientelar, que funcionava com razoável eficácia. Assim o entendemos a partir das próprias mortes de Agripina e Octávia, a que os interesses da nova imperatriz não terão sido estranhos (apesar de não existirem provas claras da influência de Popeia em ambos os processos é inegável que ela beneficiou com eles), mas também através de uma série de dados que nos permitem concluir que a nova imperatriz consorte ocupava um lugar de destaque na hierarquia do exercício do poder imperial<sup>34</sup>. Eis alguns exemplos que o demonstram: serviu de conselheira na perseguição e execução de Pisão e Séneca<sup>35</sup>; terá sido Popeia quem conseguiu a nomeação de Géssio Floro como procurador da Judeia, em 64 d.C., pois, segundo

---

<sup>33</sup> Era filha de Popeia Sabina e de Tito Ólio e neta de Popeu Sabino, cônsul em 9 d.C. A mãe de Popeia Sabina foi uma das rivais de Valéria Messalina e acabando por ser acusada de adultério, em 47 d.C., suicidou-se por pressões políticas. Sobre Popeia Sabina, ver F. HOLZTRATTNER, *Poppaea Neronis Potens: Studien zu Poppaea Sabina*, Graz-Horn, 1995.

<sup>34</sup> Entre 59 e 62 d.C., Nero eliminou uma série de potenciais rivais que poderiam ter sido os representantes de um partido pró-Octávia. Entre eles encontrava-se Sexto Afrânio Burro.

<sup>35</sup> TAC., *Ann.* 15, 61, 4.

informa Flávio Josefo, a imperatriz era amiga da mulher dele, Cleópatra<sup>36</sup>; na sequência de uma embaixada judaica enviada a Roma, com a missão de conseguir a resolução de um conflito gerado entre os Judeus e a administração romana na Judeia, foi a Popeia que os embaixadores procuraram e foi a imperatriz quem intercedeu pelos judeus junto do imperador de modo resolver o assunto<sup>37</sup>; foi também Popeia que acolheu Flávio Josefo em 64 d.C., no âmbito de uma outra embaixada judaica a Roma, com a missão de apelar ao imperador para que libertasse alguns sacerdotes judeus, presos por ordem de Félix, na sequência de uma acusação não especificada, bem como a de pedir a revogação de uma decisão do procurador da Judeia a favor de Agripa II<sup>38</sup>; e poderá ter sido Popeia a intervir uma vez mais junto de Nero em favor do círculo judaico que apoiava, de modo a combater a secessão crescente que se verificava no seu seio e que a História veio a conhecer como cristianismo<sup>39</sup>. Temos estes exemplos como prova suficiente de que Popeia não só gerou redes de solidariedade política na corte, como interveio de forma fulcral na vida pública.

Até ao momento, enunciámos casos de acção política feminina em Roma, protagonizados por damas da aristocracia. Mas possuímos elementos que nos permitem afirmar que tais redes se constituíram não apenas no universo da nobreza, mas também no da plebe livre, ou até mesmo entre emancipados e servos (tal como acontecia com os grupos de influência chefiados e protagonizados por homens, de que os citados libertos de Cláudio são exemplo).

No processo que desencadeou o fim de Valéria Messalina, houve duas libertas de Cláudio que tiveram um papel essencial: Calpúrnia e Cleópatra<sup>40</sup>. De igual modo, as fontes referem uma mulher a quem Agripina terá recorrido com frequência no sentido de conseguir meios de eliminação para os seus adversários e inimigos.

<sup>36</sup> J., *AJ* 20, 252.

<sup>37</sup> J., *AJ* 20, 195. A relação de Popeia com os Judeus e o judaísmo foi por nós já discutida em *Iudei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, 2007, 636-654.

<sup>38</sup> Pelo texto, não percebemos se Josefo ia só ou se inserido em alguma embaixada. O panorama geral do documento sugere que Josefo se teria deslocado a Roma sem qualquer companhia; mas a descrição do naufrágio no Adriático alude à presença de outros indivíduos que, no entanto, poderiam não passar de companheiros de viagem, produto do acaso, não envolvidos na missão de Josefo. Ver J., *AJ* 20, 189-196.

<sup>39</sup> No centro deste problema, há que não esquecer que os primeiros cristãos, incluindo os que começavam a elaborar doutrina e uma teologia propriamente cristã, eram judeus ou de origem judaica. Simão Pedro e Paulo de Tarso são o melhor exemplo dessa realidade. Para os «judeus ortodoxos», os primeiros cristãos não seriam mais do que uma seita desenvolvida no seu seio e com aspirações à secessão. Se os judeus de Roma tinham na pessoa da imperatriz uma aliada, como sugerem os textos, então não é de desconsiderar a hipótese de ela ter sido um pilar de apoio no combate contra o cristianismo emergente na cidade de Roma. Os judeus da Cidade poderão ter contado com ela para que os defendesse junto a Nero e para que se obtivesse o apoio das instituições e normas do Estado para eliminar a seita que negava grande parte daquilo em que se baseava toda a doutrina e comportamento sócio-político judaico. No epistolário atribuído a Paulo de Tarso e a Séneca, tido pela maioria dos investigadores como apócrifo, há algumas referências que pretendem aludir a Popeia. O autor destas epístolas, cremos, teve em conta as notícias que dão Popeia como filo-judaica, conferindo assim sentido às afirmações do interlocutor de Paulo, que teria abandonado o judaísmo para se filiar no cristianismo e o que teria provocado a *indignatio* da imperatriz. Sobre esta questão, ver o nosso estudo *Iudei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, 2007, 705-711. Note-se como o retrato de Popeia em Josefo é por isso radicalmente diferente do que encontramos em Tácito, por exemplo.

<sup>40</sup> Tac., *Ann* 11, 30.

Locusta seria talvez de origem plebeia, vindo a revelar-se um elemento fundamental nos planos da imperatriz (e mais tarde do próprio filho desta). Já sob Nero, uma outra mulher, liberta da casa imperial, funcionou como peça estratégica em várias acções políticas. Chamava-se Cláudia Acte e, apesar de reclamar para si uma origem da nobreza oriental, em Roma não passava de uma serva emancipada, cliente do imperador. A fidelidade que manteve ao longo da sua vida a Nero evidencia-se na história que a dá como uma das únicas três mulheres que se manteve ao lado do *princeps* até ao momento do seu enterro, quando ele era já anatematizado por todos<sup>41</sup>. A relação de Acte com Nero data de 55 d.C. e começou por ser uma fonte de preocupações para Agripina, muito provavelmente porque via na liberta um perigo, derivado das influências que poderia exercer sobre o imperador. A liberta apoiou mesmo Séneca e Burro no conflito que os opôs a Agripina. Tudo aponta para que estivesse politicamente ligada aos Aneus, que encorajavam a sua ligação com o imperador<sup>42</sup>. A riqueza que esta mulher detinha, em propriedades na Sardenha e em Putéolos e em escravos e libertos, comprova o seu poder<sup>43</sup>. Também sob Nero, Epícaris, outra liberta imperial, participou activamente na política do seu tempo, desta vez do lado da oposição neroniana<sup>44</sup>. Depois de torturada, em que se comportou dignamente, sem denunciar os seus conspiradores, Epícaris pagou com a própria vida a sua actividade política, suicidando-se. Esta é outro exemplo de intervenção feminina na política imperial do século I d.C.

São vários os exemplos de mulheres que participaram, sós ou no âmbito de um interesse de grupo, na vida pública e política de Roma, no tempo da primeira dinastia imperial. Tácito, Suetónio e Dión Cássio mencionam vários casos. Salientámos e analisámos alguns deles. Parece-nos pertinente que, na escrita dos historiadores antigos que se dedicaram às origens de Roma, as mulheres com uma vida política activa sejam, por norma, tidas como figuras antipáticas, geradas e geradoras de matrizes negativas, como Tarpeia e Túlia Menor, por exemplo<sup>45</sup>. Escapam a esse perfil as vítimas ou excepções que personificam a coragem feminina, conferindo-lhe

<sup>41</sup> SUET., *Nero* 50. O tema recorda a figura de Jesus de Nazaré e as três mulheres que o acompanham no momento da morte.

<sup>42</sup> Aneu Sereno foi também seu amante, quando era prefeito dos vigias; ver E. CIZEK, *Néron*, Paris, 1982, 40.

<sup>43</sup> Acte reclamava-se, ou Nero atribuiu-lhe essa categoria, descendente dos Atálidas, fora escrava de Cláudio e deste ganhou provavelmente a emancipação. Alguns aspectos da sua história, porém, sugerem alguma influência da ficção novelesca. TAC., *Ann.* 13, 12, 46; 14, 2; SUET., *Nero* 28. Sobre a fortuna de Acte, ver *CIL* X, 8046; 8049; XI, 1414; XV, 7835; VI, 8693; 8767; 8791; 8801; 9002; *ILS* 1742; 7386; 7396; 7409; E. CIZEK, *Néron*, Paris, 1982, 40.

<sup>44</sup> Tratou-se da conspiração de 65 d.C. Ver TAC., *Ann.* 15, 51.

<sup>45</sup> Apesar de Tanaquil ser uma figura ambígua e outras, como Hersília, Clélia, Valéria e Vetúria, serem figuras positivas, as intervenções políticas femininas são, na maioria das vezes, tidas como modelos a evitar. Na cultura romana, as mulheres politicamente aceites são a excepção e não a regra. E quando o são, é por relação a uma ordenação masculina. Ver a este propósito o nosso estudo «A heroína romana como matriz de identidade feminina» in D.F. Leão, M.C. Fialho, M.F. Silva, coords., *Mito clássico no Imaginário Ocidental*, Coimbra, 2005, 67-85; e K. MUSTAKALLIO, «Legendary Women and Female Groups in Livy» in P. Setälä and L. Savunen, eds., *Female Networks and the Public Sphere in Roman Society*, Rome, 1999, 53-64.

dignidade. Estas são com frequência mulheres que pertencem à classe senatorial, sendo as mais politicamente activas, por norma, princesas da casa imperial ou íntimas destas. Isso poderá advir também do facto de os autores que delas dão testemunho estarem ligados a essa mesma classe. Assim, as vítimas que lutam pela resistência, ou que apenas a simbolizam, sofrem às mãos de imperadores autoritários, que exercem o poder de forma arbitrária e até devassa. Aquelas acentuam assim o carácter inerente à sua condição, ao mesmo tempo que permitem que se destaque o autoritarismo imperial. Isto é, há, por certo, uma mensagem ideológica nesta forma de contar os factos. Outras excepções a essa regra são os casos de Antónia Menor e Agripina Maior, que, apesar de princesas da casa imperial e de uma intervenção política reconhecida, parecem ter defendido interesses que se coadunam com os valores senatoriais ou, em parte até, republicanos mesmo. Trata-se, portanto, de formas de resistência à política vigente, no seio do seu próprio grupo. De resto, outras mulheres, em quem percebemos uma forte influência nos acontecimentos da vida pública e até mesmo nos destinos do Império não são, regra geral, figuras de culto por parte dos seus historiadores ou sequer de admiração: as Júlias, as Domícias, as Cláudias, ou as que chegaram à casa imperial por aliança matrimonial, como Popeia Sabina. Associada à sua natureza imperial, essa realidade parece dever-se também a que, na mentalidade romana, a mulher não fosse talhada para a vida pública, para a intervenção política. Assim se compreenderá a expressão de Gaio sobre a sua bisavó, quando a chamava de «Ulisses de saias». Por que outra razão se haveria de comparar uma mulher do calibre de Lúvia a um homem? Mas o facto é que, bem ou mal vista, essa actividade existia na sociedade romana e, mais do que isso, mantinha mesmo redes de interesses políticos e de poder e solidariedades, não exclusivamente femininas, mas protagonizadas no feminino, que actuavam quando era necessário, sendo, em muitos casos, eficaz. A prova disso consiste precisamente nas histórias de mulheres perversas, desvirtuosas e devassas que os historiadores antigos nos legaram. Ou não foi uma mulher, Dido, que, logo no início, se revelou como obstáculo à fundação de Roma? Em alguns casos, essas solidariedades aparentam traduzir interesses gentílicos e de grupos, sendo que, em alguns casos, a rede se confunde mesmo com a própria família. Esta é tanto mais pertinente quanto se revela no feminino<sup>46</sup>.

Se a política não é para mulheres, é ainda sintomático que seja exercida, apesar de oficiosamente, não só por damas da nobreza, mas também por libertas e servas. Estas constituem figuras ambíguas, caracterizadas entre o positivo e o negativo, derivado talvez da intencionalidade pejorativa com que se carrega na definição das aristocratas, ou até mesmo da sua condição social. Libertas, cortesãs e párias não eram de todo ideais sociais. Essas mulheres funcionam como tentáculos e pontos de apoio logístico dos comandos das redes de poder feminino que, como é evidente e compreensível, se localizam nos círculos sociais mais elevados.

Na verdade, não podemos negar, que muito do interesse que a história política e social da Roma do século I d.C. nos suscita advém precisamente destas figuras

---

<sup>46</sup> Ver R. BAUMAN, *Women and Politics in Ancient Rome*, London, 1912.

controversas, mal definidas e, pensamos poder afirmá-lo, enigmáticas, não em qualquer eventual sentido esotérico ou romântico, mas dada a quantidade de questões que permanecem por resolver e responder quanto à verdadeira dimensão que lhes devemos atribuir para compreendermos melhor o tempo em que viveram.